

Sinal dos Tempos: uma reflexão sobre as intervenções de acessibilidade espacial em áreas de valor patrimonial

Ana Paula Fernandes de Azevedo

Contato: anapaulafazevedo@gmail.com

Linha de pesquisa: Projeto de Arquitetura; Morfologia e usos da arquitetura

INTRODUÇÃO

Os centros das cidades são locais de grande concentração de atividades dos mais variados tipos, que vão dos pequenos prestadores de serviços, passando pelas instituições públicas e privadas, até chegar aos grandes centros comerciais e de turismo. Se esses centros urbanos forem áreas de interesse patrimonial, além de toda gama de uso própria dos centros das cidades, o fator cultural se apresenta com todo o colorido de atividades e símbolos presentes nos edifícios históricos, criando uma relação de identidade e de pertencimento para os habitantes locais e de respeito e admiração para os visitantes.

Como toda parte da cidade, os centros históricos pedem cuidados, e como são áreas protegidas por leis que restringem ou impedem intervenções que os descaracterizem, é um grande desafio a realização de uma intervenção em áreas de interesse patrimoniais, já que estas áreas também pedem novos usos para continuarem interessantes e atrativas e não caírem no esquecimento e no descaso, que é a porta de entrada para a desvalorização do patrimônio.

Em épocas passadas, cidades tinham o cunho defensivo e eram feitas para proteger e resguardar os moradores. As residências eram coladas umas com as outras; as ruas, estreitas e tortuosas, mais dificultavam do que facilitavam a ida e vinda com ladeiras e calçamentos pedregosos. Até as igrejas eram pouco convidativas, com escadarias intermináveis e localizadas em pontos íngremes das cidades. Diante de todo este legado que chegou até os dias atuais, como tornar acessível o que foi feito para ser inacessível? E mais, como fazê-lo respeitando as leis de preservação e os atributos patrimoniais?

A acessibilidade espacial deve ser entendida como uma forma de acesso das pessoas aos bens edificados; é a tradução do conforto e do uso de um edifício na forma mais ampla, não privilegiando, mas abrindo e permitindo a utilização pela gama universal de pessoas

nas mais variadas condições e situações, independente do estado físico, mental e emocional.

As intervenções de acessibilidade espacial em áreas de valor patrimonial são tratadas para oferecer condições de uso e acesso aos bens patrimoniais, o que parece óbvio, mas o problema reside justamente em como fazer tais intervenções e integrá-las no contexto geral da cidade. Outro lado da discussão é de que as intervenções de acessibilidade se dão em caráter normativo, ou seja, acontecem para cumprir leis que obrigam o acesso aos prédios, sejam históricos ou não. Em todo caso, a discussão existe e é passível de uma cuidadosa reflexão.

Para esta análise, foram escolhidos 02 exemplos de intervenções de acessibilidade espacial em cidades históricas: em Óbidos, Portugal e Ouro Preto, Minas Gerais, cidades de conformações medievais com acessos dificultados pela geografia e pelo contexto histórico em que foram criadas. Outros exemplos de intervenções pontuais em algumas cidades e edifícios europeus também foram analisados.

OBJETIVOS

Analisar como as intervenções de acessibilidade em áreas de valor patrimonial se comportam no contexto urbano e arquitetônico, refletir como esta prática é rebatida no patrimônio e na vida usual dos cidadãos, e observar se estas intervenções realmente funcionam ou estão ali para cumprir normas.

MÉTODO

A metodologia usada nesta análise pautou-se nos conceitos de autenticidadeⁱ e de integridadeⁱⁱ, aliada às atuais categorias de intervenções patrimoniais de “continuidade contextual, uniformidade contextual e justaposição contextual”, propostas por Tiesdell, Oc, Heath (1996), por permitirem uma identificação do caráter arquitetônico da intervenção, como esta está



inserida e se comporta no contexto urbano e, principalmente, por perceber como os atributos de autenticidade e de integridade são afetados.

DESENVOLVIMENTO

O primeiro caso a ser analisado é na cidade portuguesa de Óbidos, cidade com o perfil inacessível das antigas vilas medievais, mas que chegou quase intacta aos dias atuais, sendo hoje palco de intensas atividades culturais e turísticas. A conformação medieval da cidade praticamente não interfere no fluxo dos visitantes, pois as intervenções de acessibilidade espacial permitem trajetos e locomoções mais “adequadas”; as pessoas nas mais variadas situações e condições podem usufruir de um passeio pelas ruas de Óbidos com um certo conforto.



Foto 01 – Intervenção no calçamento. Fonte: Acervo próprio (2015)



Foto 03 – Pessoas usando as ruas com as intervenções no calçamento. Fonte: Acervo próprio (2015)



Foto 04 – Intervenção de acessibilidade para uso de equipamento. Fonte: Acervo próprio (2015)

As ruas da cidade, estreitas e sem calçadas, permitem o passeio devido a colocação de uma faixa de pedra no centro, que funcionam como passarelas, apoiando e guiando os usuários. (foto 01 e 03). As ladeiras são atenuadas com escadas de degraus largos e baixos, o que torna a subida e descida bem mais fáceis (foto 02). Estas intervenções se destacam pela simplicidade e pela funcionalidade, além de não interferirem na leitura visual da cidade. Também vale considerar a utilização da pedra, material da própria região, contribui positivamente para continuidade espacial e identidade visual da cidade.

O que se observa em Óbidos é que as intervenções de acessibilidade espacial dialogam de forma harmônica com o contexto e a paisagem histórica da cidade, sem interferir no seu caráter “medieval”. A cidade permanece autêntica, e a integridade, mantida. Apesar de algumas intervenções pontuais se apresentarem como uma ligeira “justaposição”, que é quando se destacam na paisagem de forma marcante (foto 04),



Foto 02 – Intervenção de acessibilidade espacial das ruas. Fonte: Acervo próprio (2015)



4° SIMPÓSIO DE PESQUISA DO PPGAU-UFRN – DOUTORADO, MESTRADO ACADÊMICO e MESTRADO PROFISSIONAL

estas, talvez propositalmente, se diluem diante da paisagem montanhosa e amuralhada.

Nas intervenções de Óbidos, há continuidade contextual, que é quando a autenticidade e a integridade são preservadas e a leitura do espaço não é comprometida por novos usos e elementos espaciais, e sim, incorporadas a estes.

As intervenções funcionam, tanto para os moradores quanto para os visitantes e turistas, já que a cidade é um polo atrativo justamente pelo encanto preservado e a acessibilidade espacial é um suporte para esta atividade.

O segundo caso analisado é na cidade brasileira de Ouro Preto, Minas Gerais, mais precisamente na intervenção ocorrida na Praça Tiradentes. A praça, localizada no centro da cidade, é um dos poucos espaços planos aonde se consegue caminhar sem esforço. Porém, as ruas da cidade são íngremes e tortuosas; assim como Óbidos, Ouro Preto também tem a conformação dificultosa das cidades em locais inacessíveis. No Brasil, construir cidades em regiões montanhosas era uma estratégia de proteção e defesa contra invasores, no período colonial.



Foto 05 – Praça Tiradentes durante as obras de intervenção de acessibilidade, em 2009. Fonte: Acervo próprio (2009)

A intervenção de acessibilidade espacial na Praça Tiradentes partiu de uma leva desencadeada pelo Decreto Nº 5.296/20041 que regulamenta a acessibilidade aos bens imóveis, juntamente com instrução Normativa n.º 1 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, de 25 de

novembro de 2003, que oferece diretrizes para as intervenções de acessibilidade nos bens de valor patrimonial.

Apesar de haver uma preocupação em seguir leis, a intervenção de acessibilidade espacial em Ouro Preto ocorreu de forma pontual, o que não desabona o caráter de intervir na área patrimonial, contudo, concentrou-se na praça e consistiu na troca do calçamento e colocação de rampas. Não há uma articulação com as vias e com as edificações.

A autenticidade foi mantida mesmo com a troca do piso original da praça, a integridade local e visual da praça permaneceu, com a alteração gerada pela demanda de usuários e pela discreta presença de equipamentos de acessos. Sinal dos tempos. Continuidade contextual.



Foto 06 – Praça Tiradentes atualmente
Fonte: Google (2015)

Outras intervenções analisadas são de algumas intervenções pontuais e equipamentos inseridos em edifícios de valor histórico, visando a melhoria dos acessos. Na foto 07, a rampa de acesso à cripta da Catedral de Madri é um elemento que foi inserido para essa finalidade, já que o acesso se dá por escadarias. É uma justaposição, destacando-se na fachada, mas percebe-se uma tentativa de suavizar esta intervenção com o uso de material leve e desenho vazado, como também a possibilidade da remoção deste artefato.



Fotos 07 e 08 – Rampa de acesso à cripta da catedral de Madri. Fonte: acervo próprio (2015)

Aqui, a autenticidade do prédio histórico foi mantida, porém a integridade visual foi comprometida com a colocação deste equipamento. O que temos é uma justaposição contextual, uma alteração da leitura do conjunto pela inserção destacada de um elemento, a rampa de acesso. Uma clara sinalização dos tempos atuais e das novas práticas intervencionistas de inclusão e de acessos.

Mais exemplos de como a acessibilidade espacial se comporta em áreas patrimoniais é mostrada nas próximas fotos, onde os artefatos são inseridos nos prédios e no meio urbano; algumas de maneira reversíveis, outras não; algumas marcantes e outras discretas. Apesar de serem intervenções pontuais, o que se percebe é uma tentativa de oferecer conforto e acesso aos edifícios das áreas históricas com a mínima interferência, preservando a autenticidade.



Fotos 09, 10, 11 e 12 – Elementos de acessibilidade espacial inseridos em áreas de valor patrimonial. Fonte: acervo próprio (2015)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise destas intervenções de acessibilidade espacial, percebe-se que há uma preocupação em tornar o patrimônio edificado que chegou até os nossos dias, acessível, apesar das restrições impostas pelas leis de tombamento e pelas conformações dos sítios históricos. O que foi feito para ser de difícil acesso, hoje se tornam mais acessíveis com as intervenções espaciais; no entanto, estas não resolvem e nem atende a todos os problemas e pessoas, assim como toda intervenção no patrimônio, esta também esbarra no limite das leis que o regem, na falta de tato com a questão e até por preconceito e receio de descaracterizar o patrimônio.

Na Europa, o cuidado com a acessibilidade nas áreas de valor patrimonial é bem presente e já incorporado na cultura local. No Brasil, a problemática sempre existiu, mas foi somente no início dos anos 2000 que ganhou força de lei e impulsionou as intervenções em cidades e sítios históricos, através de programas governamentais e da conscientização da população.

Os exemplos de Óbidos e Ouro Preto, cidades parecidas na conformação, no legado artístico e arquitetônico, e que vivenciam nos dias de hoje intensa movimentação cultural e turística, tratam de forma diferentes a acessibilidade espacial. Em Óbidos, há uma integração espacial das intervenções, um passeio pelas ruas da cidade é menos dificultoso e mais articulado do que em tempos passados. Em Ouro Preto, as intervenções se deram de formas pontuais, como é o caso da Praça Tiradentes; as ruas e ladeiras ainda permanecem difíceis de percorrer.

No entanto, o caminho está aberto para a acessibilidade espacial no patrimônio edificado brasileiro. As intervenções demonstram cuidado e conhecimento com o patrimônio, como mostra a análise aqui feita, onde a autenticidade é preservada. As intervenções são verdadeiras e devem funcionar, para que o acesso aos bens e o apreço pela beleza das nossas cidades históricas sejam reconhecidos pelo maior número de pessoas, não apenas como obrigação legal a ser cumprida, mas integrar-se na paisagem urbana como parte da vida atual. Sinal dos tempos.

AGRADECIMENTOS:

- Ao PPGAU, pela oportunidade de apresentar este artigo;

- Aos professores Natália Vieira e Clewton Nascimento, docentes da disciplina de Intervenções em áreas de valor patrimonial, em cuja produção se deu este artigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. **Carta de Nara, 1994**. Disponível em: portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/conferencia_nara.pdf

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Instrução Normativa nº 1 de 25 de Novembro de 2003**. Dispõe sobre a acessibilidade aos bens culturais imóveis acautelados em nível federal, e outras categorias, conforme específica. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>

BRASIL. **Decreto Nº 5.296/2004**– Regulamenta a Lei Nº 10.048, de 8/11/2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e a Lei 10.098, de 19/12/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

JOKILEHTO, Jukka. **Conceitos e Idéias sobre conservação**. In: VIEIRA, Natália Miranda. INTEGRIDADE E AUTENTICIDADE: conceitos-chave para a reflexão sobre intervenções contemporâneas em áreas históricas. Artigo publicado nos Anais do ARQUIMEMÓRIA 3. Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação do Patrimônio Edificado, Salvador, 2008.

TIESDELL, Steven; OC, Taner; HEATH, Tim. **Revitalizing Historic Urban Quarters**. In: VIEIRA, Natália Miranda. INTEGRIDADE E AUTENTICIDADE: conceitos-chave para a reflexão sobre intervenções contemporâneas em áreas históricas. Artigo publicado nos Anais do ARQUIMEMÓRIA 3. Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação do Patrimônio Edificado, Salvador, 2008.

NOTAS

ⁱ A importância do valor e do significado deste atributo para o entendimento de uma edificação histórica foi colocado na Conferência de Nara em 1994 (Japão) que versou sobre a autenticidade em relação a convenção do Patrimônio Mundial. (N. A).

ⁱⁱ Segundo JOKILEHTO (2006), a determinação de uma área como patrimônio mundial tem sido resultado do exame que ele chama de “integridade sócio-funcional” de determinado sítio à luz dos valores locais, correspondendo à identificação de funções e processos nos quais o desenvolvimento de



determinada área tem se baseado ao longo do tempo. Ressalta, ainda, a importância de se manter o patrimônio edificado como uma forma de “integridade visual”, que através dos aspectos estéticos dos edifícios, gera uma identidade própria da área. (N. A.)

